

Equatorial

v.7 n.12 | jan/jun 2020
ISSN: 2446-5674

Dossiê: Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo

Apresentação

Ester Paixão Corrêa

Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Pesquisadora do Grupo Gênero, Corpo e Sexualidade/ GCS (UFRN)
Grupo de Antropologia e Turismo na Amazônia /GATA (UFPA).

Telma de Sousa Bemerguy

Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional
Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e
Desenvolvimento/LACED (MN/UFRJ)
Núcleo de estudos sobre Amazônia Contemporânea/NUAMA (UERJ)

Fronteiras contemporâneas e diferenças em movimento

A proposta apresentada para a chamada ao dossiê “Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo” é fruto da parceria de duas pesquisadoras amazônidas que, trabalhando em diferentes contextos empíricos e em diferentes universidades brasileiras, têm sido instadas a refletir sobre suas próprias experiências de deslocamento e trânsito no contexto da realização de suas pesquisas de campo sobre viagens, experiências migratórias e de mobilidade. Reconhecendo que tratamos aqui de temáticas bastante abrangentes, neste espaço a nós concedido, apresentaremos brevemente a literatura que utilizamos como fonte de inspiração para circunscrever questões no amplo campo de debates pelo qual o dossiê transita. Nesse exercício,

esperamos deixar claro ao leitor que as inquietações teóricas que inspiraram essa proposta de dossiê estão profundamente atravessadas por nossas experiências vividas como mulheres em deslocamento.

Ao final, apresentaremos os trabalhos selecionados para compor o dossiê, destacando as contribuições que estes apresentaram em relação às questões propostas. Buscamos reunir um conjunto variado de pesquisas realizadas por pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, tanto em contextos brasileiros, como da América Latina e Europa, e trabalhos inspirados por uma abordagem autoetnográfica. Esperamos que, tanto esta apresentação como os artigos selecionados, permitam aos leitores em geral uma melhor compreensão sobre a intersecção analítica proposta entre pesquisas sobre deslocamentos, mobilidade e experiências migratórias, os debates sobre os variados sentidos das “fronteiras” no/do mundo contemporâneo e as teorias sobre gênero e marcadores sociais da diferença.

*

Há muito se destaca como o processo acelerado da globalização e da consolidação de uma ordem transnacional transformou os temas do fluxo e da mobilidade em um debate de interesse para os antropólogos e para a antropologia (HANNERZ, 1997). Ao longo do tempo, aos poucos, a imagem das fronteiras “fluidas” idealmente possibilitadas pelas dinâmicas de uma ordem global foi obliterada pelas próprias “contradições da globalização”, quando foi se tornando evidente que as políticas direcionadas à regulação do trânsito transnacional de pessoas não acompanhariam as dinâmicas do processo de facilitação e ampliação exponencial da circulação de mercadorias (FASSIN, 2011, tradução nossa)¹. Na última década, o aumento de movimentos nacionalistas xenofóbicos e anti-imigração provocaram mudanças significativas na configuração da geopolítica mundial, resultando em uma “nova ordem pós-global”, onde projetos políticos cada vez mais restritivos à circulação de pessoas ganharam enorme força política, criando o cenário para uma crise humanitária de grandes proporções (GRIMSON, 2018, tradução nossa).

No intervalo entre a fluidez imaginada das fronteiras em um mundo globalizado e as reais experiências que os sujeitos podem vivenciar ao tentar cruzá-las, diversos muros e cercas, tanto físicos quanto simbólicos, estarão pelo caminho. Nesse contexto de fluxos globais, mobilidades e imobilidades, a/o sujeito contemporâneo tem sido instado a transformar os significados e expectativas erigidos em torno dos deslocamentos e trânsitos possíveis de serem realizados em um mundo de fronteiras porosas apenas para alguns –

não só no campo das experiências transnacionais de migração, mas também da mobilidade intraurbana e intrarregional, das viagens e das migrações em geral.

Nesse ponto, nos parece importante chamar atenção ao fato de que, nesse quadro de transformações aceleradas, os debates em relação à noção de “fronteira” têm se complexificado em diversas dimensões. O termo “navega entre sentidos literais e metafóricos” (GRIMSON, 2018, p. 102, tradução nossa) e, no campo das ciências humanas, pode ser mobilizado para referir a situações bastante distintas, muitas vezes circunscritas a nichos de pesquisa cada vez mais especializados. Em diálogo com as elaborações de Fassin (2011), pontuamos que os textos reunidos no dossiê consistem em contribuições relacionadas mais diretamente a dois dos sentidos correntemente associados ao termo em português. Temos, por um lado, a “fronteira” (*border*, em inglês), como a referência a um limite territorial físico, à serviço da governamentalidade e da gestão da população e do território reivindicado pelos Estados-nacionais (FASSIN, 2011). Desse entendimento, de modo geral, se desdobram sobretudo pesquisas relacionadas a experiências diversas de mobilidade e imobilidade transnacional, às políticas imigratórias, aos deslocamentos forçados, aos debates sobre o refúgio e sobre a soberania dos Estados-nacionais e, mais recentemente, a questões relativas à crise humanitária em torno dos fluxos migratórios, mencionada acima.

Temos, por outro lado, a “fronteira” (*boundaries*, em inglês) entendida como um “construto social que estabelece diferenças simbólicas”, que podem ser mobilizadas na produção e reivindicação de identidades de natureza variada (FASSIN, 2011, p. 214, tradução nossa), as quais serão interpeladas de maneira mais ou menos circunscrita, a depender da abordagem teórica. Entendemos que este sentido está mais próximo aos debates e às teorias sobre a diferença e sobre os processos de subjetivação. Dessa definição muito mais abstrata, desdobram-se trabalhos já considerados clássicos no campo das ciências sociais, nos quais os pesquisadores têm questionado de diversas maneiras e a partir de contextos empíricos bastante distintos teorizações baseadas na fixidez das fronteiras identitárias e em definições essencialistas da diferença. Desse debate, vimos então como a “fronteira” poderia ser pensada como uma constante permanência, como algo que estaria presente em todos os lugares e dimensões da vida, podendo assim ser reivindicada como um espaço produtivo de subjetividades específicas, de consciências mestiças e de sujeitos fronteiriços (ANZALDÚA, 2016; AGIER, 2015).

Ao definirmos os termos da proposta apresentada neste dossiê, pontuamos um conjunto de provocações amplas interessadas em fazer convergir pesquisas relacionadas

às diferentes camadas de sentido que emergem da categoria “fronteira”, criando mais um espaço de debate sobre o processo de complexificação das pesquisas relacionadas ao termo. Por isso, no conjunto de artigos selecionados, serão encontradas contribuições relacionadas aos diferentes entendimentos da categoria, trabalhos produzidos na confluência dos debates sobre a “fronteira” enquanto instrumento da governamentalidade e sobre a “fronteira” como entrada para refletir sobre a intersecção de marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, idade, dentre outros, na conformação de subjetividades no mundo contemporâneo.

Nesse ponto, chegamos a outro conjunto de trabalhos que atravessaram a forma como decidimos nos posicionar e propor questões no quadro das temáticas elencadas no dossiê. Inspiradas, sobretudo, por questões trabalhadas por teóricas do feminismo negro e por trabalhos como os de Doreen Massey (2000), Gloria Anzaldúa (2016), Avtar Brah (2006), Adriana Piscitelli (2013), Natália Padovani (2015), Ariana Rumstain (2012), Elisete Schwade (2013), Miriam Adelman (2012), Ângela Facundo (2014), dentre outros, que têm tratado dos deslocamentos em diversas escalas, convidamos as/os pesquisadoras a apresentarem contribuições interessadas em explorar analiticamente as intersecções, articulações, deslizamentos e composições de marcadores sociais da diferença ao longo de experiências de trânsito e deslocamento.

Em diálogo com esse conjunto de trabalhos, consideramos que os deslocamentos são fortemente atravessados por configurações de gênero, assim como de classe, raça, sexualidade, nacionalidade e que a forma como cada sujeito transita e experimenta os lugares - onde para ou por onde passa - é necessariamente atravessada pela forma como esses marcadores são articulados para localizá-lo. Acreditamos que as configurações de poder que permeiam estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade em contextos específicos precisam ser descritas e levadas em conta em análises sobre experiências de trânsito e migração vivenciadas pelos sujeitos e que essas estruturas não devem ser tratadas como “variáveis independentes”, mas como necessariamente constitutivas e constituídas uma pela outra (BRAH, 2006). E mais do que isso, ainda inspiradas por Brah (2006) e por Anzaldúa (2016), consideramos ser necessário levar em conta a forma como essas definições e articulações sempre locais são transformadas ao longo dos percursos e das experiências fronteiriças, com atenção para a forma como a diferença é mobilizada em cada contexto.

De modo a situar essa escolha em particular, destacamos que ao longo das últimas décadas, teorizações acerca da interseccionalidade de marcadores sociais da diferença

ganharam enorme centralidade no campo de estudos sobre experiências migratórias e fronteiras transnacionais (MAGLIANO, 2015). A forte presença desse debate nas contribuições apresentadas ao dossiê, por autores de diferentes áreas, universidades e níveis de formação, nos parece ser mais um indicativo da expressividade dessa perspectiva de análise no contexto brasileiro (*ibid*).

Longe de realizar uma revisão exaustiva sobre a história dessa perspectiva crítica, lembramos que o conceito da interseccionalidade surgiu por volta da década de 80, no contexto dos questionamentos apresentados por feministas negras norte-americanas às questões pautadas por um movimento feminista hegemonicamente branco e por uma luta antirracista que pouco espaço concedia para tratar sobre as violências específicas vivenciadas pelas mulheres negras (CRENSHAW, 2002)². Desse debate, desdobraram-se inúmeras questões relacionadas à essencialização das diferenças e à complexidade dos processos de subjetivação. Buscando avançar sobre essas questões, inúmeros pesquisadores passaram a refletir sobre como/quais marcadores sociais da diferença se interseccionam na conformação de subjetividades e na forma particular como determinados corpos/sujeitos marginalizados são localizados no curso das experiências que vivenciam, descrevendo os efeitos e as violências produzidos pela forma como estes são “lidos” em cada contexto.

Ainda nessa linha, invertamos o espelho para pontuar que refletir sobre a forma como o/a etnógrafo/a será “lido/a”, sobretudo, no contexto da realização de seus trabalhos de campo, também consiste em uma questão fundamental para nós. Em diálogo com teorias pós-coloniais e com discussões que vieram no bojo do que ficou conhecido como “crise da representação” na antropologia, lembramos que importantes críticas têm sido apresentadas à possibilidade de “neutralidade”, “objetividade” e “distanciamento” na prática da pesquisa antropológica (CLIFFORD e MARCUS, 2016; HARDING, 2004). No contexto desse movimento de escrutínio da disciplina, questionamentos oriundos da crítica feminista, mais uma vez, trouxeram importantes contribuições para o debate, quando diversas pesquisadoras buscaram chamar atenção ao fato de que a produção antropológica - e científica em geral - buscava vincular-se à figura de um sujeito abstrato neutro e sem face, quando na verdade a produção acadêmica hegemônica era referenciada ao homem ocidental, branco e heterossexual (ABU-LUGHOD, 2000, 2018; BEHAR, 1996; HARDING, 2004; ANZALDÚA, 2016). Das críticas de feministas e antropólogos pós-modernos, desdobrou-se o entendimento de que as particularidades da experiência de pesquisa vivida por cada antropólogo/a - delimitada por seu gênero, cor, sexualidade, nacionalidade, dentre outros marcadores da diferença - não poderiam ser consideradas

questões menores, pois estas abriam e fechavam portas, circunscrevendo as questões “possíveis” de serem trabalhadas e delimitando a percepção sempre limitada que se teria sobre os fenômenos que se pretendia etnografar e analisar.

Para nós, reconhecer que toda produção científica consiste em um “conhecimento situado” (HARAWAY, 1995) é um movimento fundamental para que possamos refletir criticamente sobre como foram mobilizadas relações hierarquicamente desiguais no exercício da representação antropológica do “outro”. Consideramos que, desse exercício crítico e autorreflexivo, podem emergir novas formas de escrita e de trabalho etnográfico, pautadas sobretudo por sujeitos/as marginalizados/as que, por muito tempo, foram o “outro” da disciplina, mas que agora passaram a ocupar os espaços como sujeitos pesquisadores, pensadores, que refletem e produzem conhecimento sobre e a partir de si, buscando contrapor-se à face ocidental, branca, masculina e heterossexual da escrita antropológica hegemônica.

Inspiradas por essas questões, construímos uma proposta de dossiê endereçada sobretudo a esses sujeitos, convidando-os a refletir analiticamente sobre suas próprias experiências de deslocamento, tanto espacial como subjetiva, com o objetivo de provocar uma reflexão sobre a potência da escrita em primeira pessoa, no/sobre o feminino e no *pajubá*, como nos ensina Sofia Favero, em um dos textos que compõem o dossiê. Acreditamos que por meio de “experiências vividas” (ABU-LUGHOD, 2018) próprias de deslocamento é possível apreender etnograficamente, de maneira sensível e teoricamente potente, os efeitos dos trânsitos na construção de subjetividades periféricas. A proposta apresentada tratou de abranger posicionalidades “outras” no campo da antropologia e a busca por novas formas de representação, por meio de etnografias, autoetnografias e de reflexões teóricas posicionadas.

Consideramos que a escrita das mulheres cis, das trans, das travestis, das lésbicas, das indígenas, das negras antropólogas é crucial para compreender a diversidade do ser mulher e LGBTI+ no país, seus deslocamentos e suas estratégias de agência diante da negociação da realidade. Para nós, a noção de agência é fundamental, pois nos permite pensar uma antropologia que seja situacional, que perceba os sujeitos que estão nas “bordas”, em contextos locais específicos, agenciando seus projetos de vida (ORTNER, 2007); e a mobilizamos não só para refletir sobre as trajetórias de nossos interlocutores, mas também sobre nossas próprias. Com uma proposta de dossiê interessada em escritas autoetnográficas (VERSIANI, 2002; GAMA, 2019) e exercícios de autoanálise (BOURDIEU, 2005), buscamos reunir outras formas de pensar a antropologia e os

deslocamentos, abrindo espaço para narrativas alternativas produzidas desde as subjetividades, histórias e perspectivas de sujeitos que historicamente habitam as “bordas”.

O conhecimento antropológico foi/é produzido por meio dos deslocamentos, por meio das viagens, das expedições que buscavam no além-mar as reflexões sobre o “outro” e isso moldou a ideia de trabalho de campo que conhecemos e praticamos ainda na contemporaneidade. Também dos deslocamentos da escrita hegemônica, ou de um conhecimento produzido a partir de uma posição privilegiada, que ao longo da história da disciplina invisibilizou a produção de sujeitos periféricos que escrevem: uma escrita com as dissidências, as rebeldias de quem historicamente não foi escutado, não foi lido, não foi aceito pela norma da escrita antropológica. O que almejamos destacar aqui é que também estamos empenhadas em mostrar que agora estamos diante de um “outro” que fala e escreve por si.

**

O dossiê é composto por dez artigos onde são apresentadas análises realizadas em/sobre contextos empíricos bastante variados. Apresentamos, primeiramente, os trabalhos que tratam sobre experiências de migração transnacional e de viagem, mais diretamente relacionadas ao contexto brasileiro. Assim, abrimos o dossiê com a pesquisa de Eloah Vieira junto a um grupo de mulheres bolivianas residentes na cidade de São Paulo. No artigo, a autora busca explorar a intersecção entre os estudos sobre migração internacional e os estudos sobre configurações de gênero, tratando sobre questões relacionadas ao trabalho doméstico que as mulheres bolivianas são demandadas a realizar em suas próprias casas e refletindo sobre as cadeias globais de cuidado mobilizadas por elas no curso de suas experiências migratórias.

Em seguida, temos o artigo de Ercílio Langa, onde o autor, de naturalidade moçambicana, apresenta parte dos resultados da longa pesquisa que tem realizado entre 2010 e 2017 acerca da experiência migratória de estudantes africanos para o Brasil. Destacando que “a maioria dos estudos sobre populações diaspóricas negras, afrodescendentes e comunidades de imigrantes de origem africana tem como foco os indivíduos do sexo masculino”, na contribuição apresentada ao dossiê, Langa trata sobre as experiências de vida de três mulheres africanas, de diferentes nacionalidades, residentes na cidade de Fortaleza no Ceará, buscando analisar em uma perspectiva interseccional a forma estas como são definidas enquanto africanas, negras e estrangeiras no contexto brasileiro.

O artigo seguinte consiste na contribuição apresentada por Ana Carolina Maia e Rogério Azize a partir da análise de uma série de matérias jornalísticas sobre os recentes fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos para o Brasil. No artigo, a autora e o autor buscam refletir sobre as “metáforas e representações em jogo na construção da imagem” desses grupos de migrantes, tratando sobre o “perigo sanitário” e as “patologias” atribuídos a chegada dessas populações. Assim, Maia e Azize nos convidam a observar como as “metáforas de contágio e perigo” acionadas para descrever determinadas populações são “boas para pensar” sobre como a “ideia da saúde” pode se tornar um “dispositivo atualizador de fronteiras diversas”.

Em seguida, temos o artigo de Leon Kaminski e Danusa Vieira acerca da presença das mulheres no movimento contracultural, que ganhou força no Brasil nas décadas de 60 e 70. Centrando-se na figura das “mulheres mochileiras”, os autores apresentam uma análise instigante sobre as relações de gênero e sobre o sexismo no ambiente estradeiro, demonstrando como os “mochilões” realizados pelas mulheres naquele contexto se tornaram uma forma de “cair fora do sistema” e de subverter estereótipos do feminino.

Ainda tratando sobre questões relativas a experiências migratórias transnacionais, temos as contribuições apresentadas por Camila Queiroz, Rosa Cabecinhas e Carla Cerqueira e em seguida o texto de Pietra Azevedo, acerca de diferentes pesquisas realizadas em Portugal.

O artigo de Queiroz, Cabecinhas e Cerqueira trata das experiências migratórias de mulheres brasileiras, maiores de 50 anos, em Portugal. Por meio das experiências sociais analisadas, as autoras resgatam as histórias de vida no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho, envelhecimento e estratégias de agência em contexto de migração. Na análise, apresentam uma abordagem em torno do sexismo, idadeísmo e racismo sob uma perspectiva feminista, interseccional e descolonial.

O artigo de Pietra Azevedo, intelectual antropóloga travesti nordestina, aborda as questões do trânsito internacional e o processo de construção de subjetividades “cdzinhas” em Portugal. Sua etnografia, com recortes acerca de seus relacionamentos afetivos e sexuais, trata das “cdzinhas” brasileiras, as quais, segundo a autora, em suas performances transidentitárias, buscam conectar, através da *montação*, referências tanto do universo das travestis, quanto das *crossdressers*. Os métodos de participação observante e observação participante mobilizados pela autora travesti destacam sua própria posição na etnografia, realizada durante sua permanência como estudante de Antropologia em mobilidade. No texto, Pietra Azevedo busca demonstrar como os deslocamentos

internacionais podem abrir espaço para o exercício da agência cdzinha/trans, para a performance transidentitária e para o trânsito entre gêneros.

Finalizando esse conjunto de pesquisas realizadas por pesquisadores brasileiros em contextos internacionais, temos o artigo apresentado por Maíra Samara Freire sobre as mulheres *dulceras* colombianas. No texto, a autora narra o movimento de mulheres de San Basílio de Palenque em suas viagens comercializando seus doces, heranças da ancestralidade negra dessa comunidade colombiana. Analisando as vivências dessas mulheres negras por meio de seus trabalhos no comércio, Freire busca compreender suas agências e outras experiências mediadas pelas “viagens dos doces”, nos apresentando uma importante reflexão sobre relações de gênero, trabalho, raça e classe social no âmbito da diáspora africana.

Nossa proposta de reunir perspectivas autoetnográficas levará o leitor ao oitavo artigo do dossiê: o artigo de Ana Manoela Primo dos Santos aborda o protagonismo das mulheres Karipuna, em um texto que trata do deslocamento de mulheres indígenas para contextos urbanos, das relações de parentesco e dos significados do território para o povo Karipuna. A partir de sua posição como mulher indígena, a autora reflete sobre educação institucional e educação indígena, desde a experiência das primeiras mulheres que se deslocaram do território indígena no Oiapoque, estado do Amapá, para a cidade de Belém, no estado do Pará. Tratando sobre sua própria experiência e sobre a história de sua mãe, a autora busca refletir sobre os efeitos dos deslocamentos em sua construção identitária como mulher indígena.

Em seguida, temos o artigo de autoria de Lara Virginia. Em seu texto, a autora nos apresenta a obra de Gloria Anzaldúa, abordando cuidadosamente três dos trabalhos mais importantes dessa autora que se tornou uma referência no campo de estudos sobre as fronteiras e os processos de subjetivação. Ao refletir sobre os termos da identidade *chicana* reivindicada por Anzaldúa, Virginia descreve como a posicionalidade da autora como mulher, lésbica e *chicana* a despertou para uma “consciência mestiça”, de estar no “entrelugar”, vivendo entre diversas categorias que se entrelaçavam. Para nós, o texto consiste em um chamado a conhecer melhor a vasta obra de Anzaldúa.

Por fim, fechamos o dossiê com o belíssimo texto de Sofia Favero, no qual a autora apresenta uma reflexão epistemológica instigante sobre o conceito do local de fala. Favero parte de um debate metodológico para discutir sobre a produção autoral das travestis intelectuais, se posicionando como travesti/trans e relatando sua experiência de pesquisa em contexto escolar. No texto, a autora busca complexificar a ideia de local de fala,

demonstrando suas contrariedades e limitações e convidando-nos a pensar nos termos de uma “ética pajubariana” que macule a “neutralidade cisgênera” da pesquisa acadêmica.

A Revista Equatorial, organizada pelos discentes do PPGAS-UFRN, tem se empenhado em incentivar as publicações científicas nas diversas áreas da Antropologia, contribuindo para a divulgação do pensamento científico, o que se torna cada vez mais importante diante de uma conjuntura política no país que tem tentando reduzir a importância do conhecimento, principalmente na área das Ciências Sociais.

Esperamos que o dossiê possa ser considerado uma contribuição relevante aos debates em torno das fronteiras, dos deslocamentos, do gênero e dos marcadores sociais no mundo contemporâneo. Agradecemos a todos os pesquisadores colaboradores que contribuíram com a produção de pareceres, a Andrey Moraes por ter nos presenteado com uma belíssima ilustração para a capa e, por fim, à equipe da Revista Equatorial pela parceria e por todo o trabalho realizado para produzir o volume.

Esperamos que desfrutem da leitura!

Notas

1. Em nossas reflexões sobre as questões do mundo contemporâneo relacionadas às mudanças nas configurações globais das últimas décadas, às transformações sociais do mundo globalizado e da dinâmica de circulação global de ideias, pessoas, produtos também nos inspiramos nos trabalhos de Appadurai (1999) e Agier (2015). Além dos trabalhos citados, sugerimos ainda a leitura dos textos de Freire-Medeiros et al (2018), Grimson (2018) e Peixoto (2019), para aqueles interessados em balanços recentes sobre as teorias e pesquisas acerca das migrações e da mobilidade.
2. Achamos importante destacar que tem sido pautado pelo movimento negro brasileiro que, na mesma época, importantes contribuições nessa direção também foram apresentadas por Lélia Gonzalez, uma intelectual negra brasileira. Para mais informações, ver Rios e Ratts (2016).

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. Locating Ethnography. *Ethnography*, 1(2): 261-267. 2000.
- ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. *Revista Equatorial*, v. 5, n. 8, pp. 193-226, 2018.
- ADELMAN, Miriam. Viajantes e migrantes: pessoas e teorias em um mundo pós-colonial. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: AnnaBlume, 2012, v. 1, pp. 29-58.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, pp. 311-328.

AGIER, Michel. *Migrações, Descentramentos e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras*. Maceió/São Paulo: EDUFAL/Editora da Unesp, 2015.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlans/La frontera: The new mestiza*. Capitán Swing: Madrid, 2016 [1987].

BEHAR, Ruth. Out of exile. In: BEHAR, Ruth; GORDON Deborah A. (eds). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de auto-análise. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Papeis Selvagens, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, ano 10, 2002. Florianópolis: UFSC. pg: 171-188.

FACUNDO, Ângela. *Éxodos e refúgios: colombianos refugiados no sul e sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FASSIN, Didier. Policing borders, producing boundaries. The governmentality of immigration in dark times. *Annual Review of anthropology*, v. 40, p. 213-226, 2011.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera da Silva; ALLIS, Thiago. Apresentação: Por uma teoria social on the move. *Tempo Social*, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2018.

GAMA, Fabiene. Tornar-se cronicamente doente: perspectivas de uma im-paciente sobre cuidados médicos. *Revista Mundaú*, n. 6, p. 159-177, 2019.

GRIMSON, Alejandro. Social anthropology and transnational studies in Latin America: introduction. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 22, n. 1, pp. 99-108, 2018.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Introduction: Standpoint theory as a site of political, philosophic, and scientific debate. In: ____ (ed). *The Feminist Standpoint Theory reader: intellectual and political controversies*. New York: Routledge, 2004.

MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 691-712, 2015.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam, Pillar et al. (orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 45-80.

PADOVANI, Natália. *Sobre Casos e Casamentos: afetos e 'amores' através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2015.

PEIXOTO, João. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 27, n. 57, p. 141-158, 2019.

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RIOS, Flavia; RATTS, Alex. *A perspectiva interseccional da Lélia Gonzalez: Pensadores negros-pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: MC& G Editorial. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2016.

RUMSTAIN, Ariana. *Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. Editora E-papers, 2012.

SCHWADE, Elisete. Gênero e ativismo político: mulheres no MST e em assentamentos rurais. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira et al (orgs). *Entrelugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão: Copiart, 2014, v. 03, pp. 229-248.

VERSIANI, Daniela Beccaccio. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. *Rev Letras de Hoje*. Vol. 37. N. 4. p. 57-72. Porto Alegre: 2002.